

**LOCAL/GLOBAL: CAMINHOS DA (IN)SUSTENTABILIDADE****Marcos Sorrentino**

Universidade de São Paulo (USP)  
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALq)  
Piracicaba, São Paulo, Brasil  
E-mail: [sorrentino.ea@gmail.com](mailto:sorrentino.ea@gmail.com)

**Ernesto Luiz Marques Nunes**

Universidade de São Paulo (USP)  
Instituto de Energia e Ambiente (IEE-USP)  
São Paulo, São Paulo, Brasil  
E-mail: [ernesto\\_nunes@usp.br](mailto:ernesto_nunes@usp.br)

**Resumo**

O presente artigo objetiva contribuir para a análise, retrospectiva e prospectiva, do papel reservado à questão socioambiental na conjuntura atual. Nos fluxos “glocais” (global/local) e nos desafios relacionados à construção de políticas democráticas, participativas e inclusivas, propiciadoras do diálogo instituído/instituinte e de mudanças culturais, busca-se problematizar caminhos relacionados à (in)sustentabilidade da jornada humana na Terra. A partir de uma breve introdução à problemática socioambiental e ao contexto no qual a reflexão é produzida, o texto desenvolve uma narrativa em quatro tópicos – “rejeitando uma economia carbonizada e uma descarbonização mercantilizada”; “Covid19, capitalismo e mudanças socioambientais globais”; “de movimento alternativo às políticas públicas institucionalizadas: os desafios são maiores!”; “ecomunicipalismo libertário: agroecologizar os territórios e construir uma nova cultura da Terra, da terra e do território” e dialoga com a urgência do enfrentamento das distopias capitalistas, consumistas, materialistas e autoritárias que estão erodindo a capacidade de suporte dos sistemas naturais, a diversidade biológica, genética e cultural e, especificamente no Brasil, pré e pós golpe de 2016, solapando a frágil construção de uma cultura de procedimentos democráticos e de inclusão social.

**Palavras-chave:** sustentabilidade; natureza; ambientalismo; transformação social

**Abstract**

This article aims to contribute to the retrospective and prospective analysis of the role reserved for socio-environmental issues in the current situation. In “glocal” flows (global / local) and in the challenges related to the construction of democratic, participatory and inclusive policies, enabling institutionalized / instituting dialogue and cultural changes, we seek to problematize paths related to (in) sustainability of the human journey on Earth. Based on a brief introduction to the socio-environmental issue and the context in which reflection is produced, the text develops a narrative on four topics - "rejecting a carbonized economy and a commercialized decarbonization"; “Covid19, capitalism and global socio-environmental changes”; “alternative movement to institutionalized public policies: the challenges are greater!”; “libertarian ecomunicipalism: agroecologize the territories and build a new culture of the Earth, the land and the territory” and dialogues with the urgency of facing the capitalist, consumerist, materialist and authoritarian dystopias that are eroding the support capacity of natural systems, diversity biological, genetic and cultural and, specifically in Brazil, pre and post 2016 coup, undermining the fragile construction of a culture of democratic procedures and social inclusion.

*Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 363-389, mês dez, 2020.*

ISSN: 2176-5774

**Keywords:** sustainability; nature; environmentalism; social transformation

## Resumen

Este artículo tiene como objetivo contribuir al análisis retrospectivo y prospectivo del papel reservado para los problemas socioambientales en la situación actual. En los flujos "glocales" (globales / locales) y en los desafíos relacionados con la construcción de políticas democráticas, participativas e inclusivas, que permitan el diálogo institucionalizado / instituido y los cambios culturales, buscamos problematizar los caminos relacionados con la (in) sostenibilidad del viaje humano en la Tierra. A partir de una breve introducción al tema socioambiental y el contexto en el que se produce la reflexión, el texto desarrolla una narración sobre cuatro temas: "rechazar una economía carbonizada y una descarbonización mercantilizada"; "Covid19, capitalismo y cambios socioambientales globales"; "movimiento alternativo a las políticas públicas institucionalizadas: ¡los desafíos son mayores!"; "ecomunicipalismo libertario: agroecologizar los territorios y construir una nueva cultura de la Tierra, la tierra y el territorio" y dialogar con la urgencia de enfrentar las distopías capitalistas, consumistas, materialistas y autoritarias que están erosionando la capacidad de apoyo de los sistemas naturales, la diversidad biológico, genético y cultural y, específicamente en Brasil, antes y después del golpe de 2016, socavando la frágil construcción de una cultura de procedimientos democráticos e inclusión social.

**Palabras clave:** sustentabilidad; naturaleza; ambientalismo; transformación social

## Introdução

*“Os que lavam as mãos o fazem numa bacia de sangue”  
Bertolt Brecht em Os fuzis da Senhora Carrar*

A citação na epígrafe é a última frase dita por Lima Duarte (DUARTE, 2020), na mensagem ao amigo Flávio Migliaccio, que acabara de morrer, rememorando o vivenciado por eles nos tempos da ditadura militar brasileira: “agora, quando sentimos o hálito putrefato de 64, o bafio terrível de 68. Agora 56 anos depois – eu tenho 90, você com 85, quando eles promovem a devastação dos velhos, não podemos mais”.

Analisar a complexidade do momento atual no campo socioambiental não é tarefa simples. Ambientalistas, ou ecologistas, brasileiros e latino-americanos, desde os anos 70 enunciavam a compreensão das ações conservacionistas caracterizarem-se pela luta política e de resistência aos regimes autoritários e um espaço para o desenvolvimento de uma cultura de procedimentos democráticos (SORRENTINO, 1988; VIOLA, 1992; McCORMICK, 1992; BOEIRA, 2016). Desde o processo preparatório da Rio92, buscam tornar mais clara a indissociabilidade entre questões sociais e ambientais e expressam a complexa interação entre as dimensões política, econômica, cultural, espiritual, de fauna e flora, genética e geológica, dos solos, chuvas, ventos e do clima em geral, dentre outras.

Os impactos socioambientais já vêm sendo denunciados com alguma repercussão nos meios de comunicação desde os anos 60 do século XX. Com as mudanças climáticas e seus eventos extremos, a segunda década do século XXI inicia-se popularizando antigas e recentes bandeiras e motes ambientalistas (“pensar global/agir local” ou pensar/agir global e localmente e trabalhar-se interiormente” e “por uma nova cultura da Terra”, como exemplos), que chamam a atenção para a Terra como um ser vivo e a ecologia como uma ciência das relações a desvelar conexões entre distintos processos de manutenção ou de degradação da vida, que podem estar aparentemente distantes no tempo e no espaço (NOBRE, 2016) ou no cotidiano de cada pessoa e grupo social.

A pandemia da Covid-19 é um bom exemplo de uma tragédia que “tem a virtude de nos convidar a enfrentar as questões essenciais”, como diz a chamada para o Manifesto “Não a um retorno à normalidade”: de Robert De Niro a Juliette Binoche, eis o apelo de 200 artistas e cientistas”, (DCM, 2020):

O balanço é simples: os “ajustes” não são mais suficientes, o problema é sistêmico. A catástrofe ecológica em curso faz parte de uma “metacrise”: a extinção em massa da vida na Terra já não está mais em dúvida e todos os indicadores apontam para uma ameaça existencial direta. Ao contrário de uma pandemia, por mais grave que seja, trata-se de um colapso global cujas consequências serão incomensuráveis. Portanto, fazemos um apelo solene aos dirigentes e cidadãos para que saiam da lógica insustentável que ainda prevalece, para finalmente trabalhar em uma profunda revisão de objetivos, valores e economias. **Ponto de ruptura.** O consumismo nos levou a negar a própria vida: a das plantas, dos animais e de um grande número de seres humanos. A poluição, o aquecimento global e a destruição de espaços naturais estão levando o mundo a um ponto de ruptura. Por essas razões, combinadas com crescentes desigualdades sociais, parece-nos impensável “retornar à normalidade”. A transformação radical requerida – em todos os níveis – exige audácia e coragem. Isso não ocorrerá sem um compromisso massivo e determinado. Quando vamos agir? É uma questão de sobrevivência, tanto quanto de dignidade e de consistência. (DCM, 2020)

Nesta mesma direção Garaudy (1981), Santos (1995), Giddens (1991), Castells (1999), Latour (2020), Chomsky (2020) e diversos outros escreveram sobre a necessária mudança de rumos, para garantir um futuro à aventura e drama da espécie humana no Planeta Terra.

Drama que no Brasil atual vai se tornando uma tragédia, com um governo declaradamente autoritário e admirador de torturadores e do período ditatorial militar vivido pelo país a partir do golpe de 1964, negacionista dos conhecimentos científicos e enunciador de teses semelhantes às do nazismo, quando diz, por exemplo, que será priorizada a vida dos mais jovens

*Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 363-389, mês dez, 2020.*

ISSN: 2176-5774

e saudáveis em relação à dos mais idosos e com menos chances de serem bem-sucedidos. Ou quando ele, seus ministros e seguidores afirmam comparativamente que morrem mais pessoas por câncer, acidentes e outras enfermidades do que essa “gripezinha”. Contrapondo-se à falsa polarização “vidas versus economia”, pode-se afirmar, com André Guerra (2020), em seu diálogo com Albert Camus, “quantificar uma morte é matar duas vezes uma vida”.

Em um país que tem a quinta maior extensão territorial, a sexta maior população e a oitava maior economia do Planeta, com água em abundância em boa parte do território nacional e uma imensa e potencial diversidade biológica e cultural, um governo como o eleito em 2018 não emerge por um simples capricho ou ignorância de seus eleitores. É preciso compreender suas possíveis causas, associadas ao colonialismo e ao liberalismo – ser fornecedor de bens primários, em especial, alimentos, água, minerais e mão de obra, a preços mínimos para os colonizadores. As forças econômicas, hoje não apenas representadas por países e grandes corporações, mas condicionadas por um sistema financeiro internacional, rentista, que atua no sentido da concentração de poder, exige a (re)primarização da economia das colônias, sem o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da indústria, das relações multilaterais e de todos demais elementos que permitiriam um desenvolvimento soberano e comprometido com a inclusão social.

Se a volta à normalidade significa a manutenção de um mundo globalizado, não para a solidariedade e a busca do bem viver para todos, mas para facilitar a rápida circulação dos vírus e do capital especulativo e para o comércio de mercadorias e seus impactos socioambientais, ou ainda, significa alimentar as mudanças climáticas e não os que passam fome, apenas como exemplos, é preciso fazer coro com o mencionado Manifesto e dizer não a essa normalidade. Algumas das iniquidades do atual modo de produção e consumo serão apresentadas nos próximos tópicos e precisam ser compreendidas em suas causas mais profundas.

Como escreveu Simone Weil (1996), citando-a de livre memória, “o momento atual é daqueles em que tudo o que parece constituir uma razão de viver se desvanece. Em que devemos, sob pena de afundar na inconsciência e no pânico, questionar tudo”.

Edgar Morin, em conferência ao Fronteiras do Pensamento, em 2011, com o título “A pior crise da humanidade é não conseguir se tornar humanidade” tem a sua fala resumida pela equipe do Portal Raízes (2020), com as seguintes palavras:

Segundo Morin, a base para compreender a série de crises que estamos vivendo é a ambiguidade da globalização: por um lado, se os problemas contemporâneos agora são globais, por outro, as nações nunca antes foram tão

interligadas em uma mesma “comunidade de destino”. De acordo com o sociólogo, para encontrar respostas aos problemas atuais, é preciso abraçar o que ele considera o maior desafio atual: globalizar e desglobalizar ao mesmo tempo.

Para buscar compreender o momento atual é necessário o diálogo com a problemática ecológica e as possíveis luzes que joga sobre processos de transição para sociedades sustentáveis.

### **Rejeitando uma economia carbonizada e uma descarbonização mercantilizada**

Há um consenso na comunidade científica: as condições climáticas do planeta Terra estão mudando a um ritmo extremamente rápido. As consequências dessa mudança estão tendo um impacto cada vez maior sobre os seres humanos e sobre as demais espécies animais e vegetais do planeta. Esse consenso se estende à compreensão de que tais mudanças são o resultado implacável da ação humana e merecem ações concretas e rápidas para frear seu impacto.

O *Second Assessment Report: Climate Change*, publicado em 1995 pelo IPCC, já apontava uma probabilidade maior de 50% para a origem antropogênica das mudanças observadas. No *Third Assessment Report: Climate Change 2001: Impacts, Adaptation, and Vulnerability*, por sua vez, a probabilidade subiria para 66% a 90%. No *Assessment Report 4 Climate Change 2007: Impacts, Adaptation, and Vulnerability*, de 2007, atingiria 90%. No *AR5 Climate change 2013: The physical science basis* – também produzido pelo IPCC – 95% de probabilidade de ser inequívoca a influência do ser humano sobre as mudanças climáticas, desde o período em que a revolução industrial iniciou.

De acordo com esse último documento, a influência humana se observa no aquecimento da atmosfera terrestre, nos solos e nos oceanos; na ampliação dos níveis de derretimento do gelo das calotas polares antártica e ártica e nas “neves eternas” em diversos pontos da superfície do planeta Terra; na elevação dos níveis dos oceanos e na ampliação da concentração na atmosfera de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), metano (CH<sub>4</sub>), óxido nitroso (N<sub>2</sub>O), e perfluocarbonos (PFC's), os principais gases de efeito estufa (GEE).

É importante salientar que, no hemisfério Norte do planeta, as temperaturas já atingiram dois graus acima da média, e em algumas localidades do círculo polar ártico chegam a

três graus, locais onde o aquecimento ocorre com uma taxa cerca de duas vezes maior do que a média da encontrada nas demais regiões da Terra<sup>1</sup>.

De acordo com as mudanças de temperaturas observadas na superfície do planeta entre os anos de 1901 e 2012<sup>2</sup>, com base em conjuntos de dados técnicos<sup>3</sup>, nota-se que praticamente todas as áreas da superfície da Terra apresentaram aumento de temperatura, inclusive os mares; e que a superfície localizada entre os trópicos de Câncer e Capricórnio foram as que apresentaram o maior nível de aquecimento, quando comparadas às áreas mais setentrionais da Terra. Entretanto, a área coberta por pergissolos (também conhecido como *permafrost*) na região da Sibéria, em território russo, apresentou (assim como as regiões do Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste do Brasil) os maiores aumentos de temperatura por extensão de território.

O processo de “carbonização” da atmosfera e de oceanos é o resultado do acúmulo crescente de gases que contém carbono em sua constituição: dióxido de carbono, metano, óxido nitroso e os perfluorcarbonos (PFC's). Trata-se do resultado da queima de combustíveis fósseis, que tem liberado parcela considerável do carbono armazenado no subsolo do planeta, pelo derretimento dos pergelissolos e pelo desmatamento de florestas e matas. De acordo com dados da *Global Greenhouse Gas Reference Network*, da NOAA, em maio de 2107, a concentração de CO<sup>2</sup> na atmosfera estava em 406,36 ppm<sup>4</sup> (partes por milhão<sup>5</sup>), a maior dos últimos 3 milhões de anos<sup>6</sup>, em tendência de alta, ano após ano.

O carbono em forma de metano, apesar de não ser a principal fonte de carbonização da atmosfera, tem potencial de aquecimento global 86 vezes superior ao dióxido de carbono. Neste sentido, a *Environmental Protection Agency* (EPA), agência ambiental do governo dos EUA, estima que o metano seja responsável por cerca de 23% do efeito estufa observado, vindo somente a seguir ao dióxido de carbono, com 70%.<sup>7</sup>

---

<sup>1</sup> Fonte: Reprodução da página 4 do relatório do IPCC, *Climate Change 2013: The Physical Science Basis*. Disponível em [http://www.climatechange2013.org/images/report/WG1AR5\\_ALL\\_FINAL.pdf](http://www.climatechange2013.org/images/report/WG1AR5_ALL_FINAL.pdf). Acessado em 15/5/2020.

<sup>2</sup> Idem, ibidem.

<sup>3</sup> A lista de conjuntos de dados (*data sets*) utilizados para a construção do mapa podem ser consultados no item *Technical Summary Supplementary Material* do relatório citado.

<sup>4</sup> Fonte: Este dado faz parte de consulta ao Boletim Trends in Atmospheric Carbon Dioxide, consultado on-line no site da National Oceanic and Atmospheric Administration, do governo dos EUA. Disponível em <https://www.esrl.noaa.gov/gmd/ccgg/trends/global.html>. Acessado em 15 de maio de 2020.

<sup>5</sup> Partes por milhão (ppm), no caso de gases, indica a quantidade, em volume (litros), do gás (no caso, dióxido de carbono) presente em 1.000.000 litros de ar.

<sup>6</sup> Fonte: Ron Prinn. 400 ppm CO<sub>2</sub>? Add Other GHGs, and It's Equivalent to 478 ppm, em Oceans and MIT. Disponível em <http://oceans.mit.edu/news/featured-stories/5-questions-mits-ron-prinn-400-ppm-threshold>. Acessado em 15 de maio de 2020.

<sup>7</sup> Fonte: Tabela 1-1. Contribution of Anthropogenic Emissions of Greenhouse Gases to the Enhanced Greenhouse Effect from Pre-Industrial to Present, na página 16 do relatório da EPA, *Global Anthropogenic Non-CO<sub>2</sub> Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 363-389, mês dez, 2020.*

O metano liberado na atmosfera é proveniente de outras fontes, e entre elas estão os rebanhos para produção de carne, ovos, leite e derivados – por ano são mortos aproximadamente 65 bilhões de animais, cerca de 2 animais por segundo<sup>8</sup> –, as áreas inundadas por usinas hidrelétricas e o vazamento no processo de extração de petróleo de xisto por *fracking* (fraturamento) hidráulico.

Diversos estudos projetam para as próximas décadas um contínuo aumento da temperatura<sup>9</sup> – podendo atingir 3,0° até 2050 e 5,2° em 2100 – se as emissões de gases de efeito estufa, principalmente o dióxido de carbono e o metano, se mantiverem no patamar de crescimento atual.

De acordo com um deles, apresentado pelo *Potsdam Institute for Climate Impact Research* para o Banco Mundial e citado por Marques (2016),

[...] se os compromissos e promessas de mitigação [das emissões de gases de efeito estufa] forem totalmente cumpridos, há aproximadamente 20% de probabilidade de que se exceda um aquecimento de 4° C em 2100. Se não o forem, um aquecimento de 4° C poderia já ocorrer em 2060. (MARQUES, 2016, p. 325).

O referido relatório ainda menciona que, “se os compromissos e promessas forem cumpridos” ainda teremos 20% de chance que o aumento da temperatura da atmosfera do planeta atinja 4° C e “se não o forem” isto ocorrerá em 2060, em um cenário que se configura como o mais provável.

Ainda nesse documento são apresentadas as consequências de atingirmos tal temperatura, ou seja, “um mundo de ondas de calor sem precedentes, secas severas, e maiores inundações em muitas regiões, com sérios impactos sobre os sistemas humanos, ecossistemas e os serviços a eles associados” (MARQUES, 2016, p. 325). Um planeta com calor e eventos extremos desafiará enormemente a capacidade de adaptação da espécie *homo sapiens*, assim como de outras espécies animais e vegetais.

Mencionamos esses dados para sustentar a ideia de que há a necessidade urgente de descarbonizar a economia. Entretanto, esse processo de descarbonização passa por manter as reservas petrolíferas no solo, tendo em vista que a principal fonte da matriz energética mundial –

---

Greenhouse Emissions: 1990-2020. Disponível em <https://nepis.epa.gov/Exe/ZyPDF.cgi/2000ZL5G.PDF?Dockey=2000ZL5G.PDF>. Acessado em 15 de maio de 2020.

<sup>8</sup> Fonte: FAO (2014). Lutter contre l'échange climatique grâce à l'élevage. Une évaluation des émissions et des opportunités d'atténuation au niveau mondial. Rome: FAO. Disponível em <http://www.fao.org/3/a-i3437f/I3437F02.pdf>. Acessado em 15 de maio de 2020.

<sup>9</sup> Entre esses estudos estão SOKOLOV et al. (2009) e HANSEN et al. (2015), entre outros, que dialogam, principalmente, com os relatórios de avaliação (Assessment Report) publicados pelo IPCC.

*Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 363-389, mês dez, 2020.*

o petróleo – foi “energia barata” e desempenhou papel preponderante no crescimento das sociedades nos últimos dois séculos, mas atualmente o seu custo/benefício real é muitíssimo desproporcional pois, já foram retirados do solo os estoques de mais fácil extração. A energia para retirar os combustíveis fósseis do solo é maior do que aquela que eles produzem.

A opção que está sendo colocada para manter o atual (e crescente) nível de demanda mundial por petróleo para manter o modelo de produção e consumo vigente é a extração do petróleo não convencional – das areias betuminosas, o petróleo de xisto e a extração *offshore*, no círculo polar ártico, inclusive –, de mais difícil extração, com custos mais altos e com impactos ambientais que não cabem na capacidade regenerativa da biosfera, com influência direta no aquecimento global e, portanto, nas mudanças climáticas.

Isto posto, para enfrentar o desafio crescente das mudanças climáticas antropogênicas, torna-se urgente, descarbonizar a economia, ou seja, diminuir o papel dos combustíveis fósseis na matriz energética mundial – mantendo no solo as reservas de petróleo e gás ainda não extraídas –, além de deter outros fatores cruciais de emissão, como o desmatamento – principalmente aquele com o objetivo de criar pastagens para gado de corte –, e o investimento em usinas hidrelétricas.

A transição para uma nova matriz energética, descarbonizada, não afetará todos os países de forma equânime. Ainda que, de forma geral, mantidos os atuais padrões de consumo, os grandes importadores mundiais de petróleo – como a UE, os EUA, a China e o Japão – terão que lidar com a escassez do produto, países insulares (como os da Oceania), em desenvolvimento, com restrições em geração de energia em seus territórios e os localizados nas regiões tropicais sofrerão um impacto avassalador.

O ponto de maior relevância para as sociedades, no presente e no futuro próximo, se refere, portanto, ao consenso de que há um efetivo declínio dos benefícios ambientais (além dos econômicos), que afeta seres humanos e não humanos e que pode, em algumas poucas décadas, inviabilizar a constituição das sociedades futuras sobre o planeta.

Para viabilizar um futuro de baixíssima utilização de carbono será necessário investir intensamente em energias provenientes de fontes renováveis. Entretanto, será prioritário um novo modelo socioeconômico fundamentado em padrões diferentes de produção e de consumo, não mais baseado no desenvolvimento extrativista, que desconsidera limitações biofísicas e ecossistêmicas e que repete e amplifica o “mantra” do crescimento econômico como meio principal para gerar riqueza para as sociedades.

O atual modelo de descarbonização das economias – ou de uma economia de baixo consumo de carbono – defendido pelo Banco Mundial, pelo Pnuma, pelo Pnud e por outras instituições multilaterais (MORENO, 2016) está baseado em instrumentos de mercado, tratando os agentes envolvidos como consumidores e o direito de degradar (ou não) ou ambiente como uma mercadoria no contexto de relações de consumo.

Trata-se de um modelo que recomenda a precificação do carbono (*carbon pricing*), mediante a criação de um mercado de compra e venda de títulos de carbono; de políticas tecnológicas e de eficiência energética, promovendo a utilização, em larga escala, um sem número de produtos com baixo (ou zero) consumo de carbono e alta eficiência em termos de gasto energético (veículos, eletrodomésticos, etc.).

Como questiona Moreno (2016, p. 268 – 269), “o princípio de ‘quem polui paga’ não contemplaria uma lógica que permite que aquele ou aquela que pode pagar possa também poluir? Há algo como um ‘direito de poluir’ que pode ser comprado?”

Mecanismos de mercado utilizados para reduzir emissões, como o MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), que geram “créditos de carbono” a partir de projetos de infraestrutura que “sequestram” gases de efeito estufa (metano de aterros sanitários, por exemplo), fazendas de produção de energia fotovoltaica, entre outros, permitem que países cumpram seus compromissos de redução de emissões de gases de efeito estufa sem que a base estrutural de um sistema que “detona” o ambiente seja questionada.

Além do MDL, cumprem esse papel de mercantilização e de financeirização dos “serviços ambientais”, as ações de Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação (ou, REDD+, como é conhecida), os bancos de habitats de espécies ameaçadas (*species banks*), as *waterbonds* e as compensações (*offsets*) de biodiversidade, todos considerados pelos agentes de mercado como “ativos ambientais” a serem negociados em carteiras de investimentos. O que pode ser evitado ou reduzido, sob essa lógica financeira, se torna “crédito”. O que não pode se tornou “débito”, a ser pago. Tudo perpassado pela lógica de mercado e visando a acumulação de capital.

Tanto o MDL quanto o REDD+ e os demais instrumentos de financeirização do meio ambiente são mais um capítulo da estratégia de *greenwashing* do capitalismo (assim como o Desenvolvimento Sustentável e seus ODS).

O recente documentário “O Planeta dos Humanos” (2020), dirigido por Jeff Gibbs e produzido por Michel Moore, é uma contundente denúncia das alternativas de descarbonização

*Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 363-389, mês dez, 2020.*

**ISSN: 2176-5774**

conduzidas sob a lógica capitalista. Associar a busca por alternativas energéticas a investimentos privados que procuram lucrar e acumular capital, à custa do direito de populações em preservar locais sagrados para a sua existência, como rios, lagos e bosques, acelera o processo de degradação planetário, em vez de freá-lo.

O filme lança ainda um alerta às relações pouco transparentes que podem se desenvolver entre algumas ONGs ambientalistas e investidores privados, sobrepondo a agenda do mercado financeiro à da busca por soluções socioambientais para a ampla maioria das pessoas do planeta, beneficiando um grupo restrito de bilionários e grandes corporações. A última coisa que desejamos é a cooptação de parcela do movimento ambientalista pela lógica de mercado, como o capitalismo faz com todas as forças que surgem como uma ameaça à acumulação de capital.

Também vale ser assistido por lançar luz aos questionamentos sobre a limitação de ancorar à mitigação das mudanças climáticas a respostas baseadas em tecnologias e insumos – antigos ou novos – que sejam responsáveis pelo atual modo hegemônico de produção e consumo.

Rejeitando tanto uma economia carbonizada quanto uma descarbonização mercantilizada e calcada no mito das tecnologias salvadoras, ambas responsáveis pela deterioração socioambiental atual e futura, existe a perspectiva de um processo de descarbonização em um contexto de transição socioecológica, agroecologizando e construindo uma Nova Cultura da Terra, da terra e do território.

## **Covid-19, capitalismo e mudanças socioambientais globais**

Em recente artigo de Oliveira, Machado e Sorrentino (2020), publicado na coletânea organizada por Daniel Castro, Danillo Dal Seno e Márcio Pochmann (2020), intitulada *Capitalismo e a Covid-19*, os autores referem-se às incertezas e ao sentimento de perplexidade provocados pela pandemia, afirmando que

a exigência do isolamento social impôs um outro ritmo à existência. O futuro tem sido cada vez mais compreendido como um enigma aberto” (...) “em um cenário de distopia, marcado por tantos reveses e retrocessos estruturais e

*Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 363-389, mês dez, 2020.*

**ISSN: 2176-5774**

conjunturais, o futuro coloca-se como disputa, na medida em que a pandemia acabou por escancarar as profundas desigualdades sociais, evidenciando a realidade da luta de classes”. (...)A crise sanitária de Covid-19 explicita a situação de abandono social dos mais pobres e torna relevante o diálogo sobre dignidade humana na formulação de uma economia centrada nos princípios de justiça, sustentabilidade e solidariedade. Analisar a urgência da Transição Ecológica para uma outra concepção de desenvolvimento social é tarefa fundamental para as pessoas comprometidas com a manutenção da vida em toda a sua diversidade, propiciando à totalidade da Humanidade presente e futura e aos demais seres e sistemas naturais melhorias crescentes das suas condições existenciais. (...) a dignidade humana como princípio ético fundamental e essencial para uma transição ecológica comprometida com a utopia de sociedades sustentáveis sob o ponto de vista socioambiental. (OLIVEIRA; MACHADO; SORRENTINO, 2020, p. 179).

Desigualdades sociais que no Brasil, por exemplo, se refletem no acesso ao saneamento básico, à moradia, ao trabalho e renda, à alimentação segura, e vão acarretando na maior incidência do vírus e de todas as mazelas do modo hegemônico de produção e consumo, entre os mais pobres, moradores das periferias do sistema. É preciso definir uma clara estratégia para a superação do conjunto de iniquidades que impactam a sobrevivência do povo brasileiro, garantindo melhoria das condições existenciais para todas as pessoas, ou sucumbiremos enquanto democracia e enquanto sociedade capaz de dialogar com o meio ambiente de forma sustentável.

Este diálogo sociedade/ambiente exige o pensamento crítico, visitar as utopias e sonhos, individuais e coletivos, e exercitar a construção política, pactuada, de aproximações sucessivas em relação aos futuros desejados.

Bruno Latour (2020), no texto “Imaginar os gestos-barreiras contra o retorno da produção anterior à crise” propõe que exercitemos os diálogos, individualmente e em grupos sobre seis questões que basicamente remetem àquilo que manteremos e aquilo que deixaremos para trás, no atual modo de vivermos em sociedades e como pretendemos gerar trabalho e renda para os que ficarem desprotegidos por essas mudanças.

Outro autor, André Guerra (2020), dialogando com duas obras de Albert Camus, *A Peste* (1947) e *O Mito de Sísifo* (1941), enfatiza as oportunidades que momentos de crise abrem para a reflexão ético-existencial. Referindo-se à situação que vivemos atualmente, “com esse nosso exílio - como um desses raros eventos capazes de nos libertar momentaneamente de nossos hábitos e nos confrontar com a obrigação de pensarmos”, enfatiza que o maior desafio,

(...) vai além dessa confrontação imediata suscitada pela peste (...): seremos capazes de, uma vez resolvida essa pandemia, não nos esquecermos do que

pensamos, do que sentimos, do que vivenciamos quando nosso futuro ainda era incerto e o desamparo nos fazia constatar a comunidade de nosso destino? (...) A peste torna irresistíveis e aparentemente indestrutíveis o desamparo e o sofrimento; ao mesmo tempo, porém, ela nos desvela a solidariedade como o terreno mais sólido e fértil de onde os seres humanos criam e compartilham o seu destino comum nessa nossa aventura na Terra. (...) as únicas certezas que eles terão em comum é o exílio, o sofrimento, mas também o amor. (...). Diante de uma crise, conseguimos ver com maior clareza o que realmente importa, mas que, logo depois, uma vez retomada a “normalidade”, conseguimos esquecer sem remorso o que outrora era tão evidente: que nossos hábitos, rotinas e tarefas estão sempre ameaçados e que, a qualquer momento, uma cidade feliz pode ser assolada por uma peste, uma peste para a qual os hábitos, rotinas e tarefas dos próprios cidadãos podem ter contribuído direta ou indiretamente, refletida ou irrefletidamente, para a sua chegada. (GUERRA, 2020).

Procurando compreender o momento atual pelas perspectivas psicológicas ou sociológicas, filosóficas ou educadoras, ambiental ou social, invariavelmente nos deparamos com a urgente necessidade de processos comprometidos com o pensar criticamente os caminhos percorridos e a percorrer e neste contexto como construí-los para que sejam de transição para sociedades sustentáveis.

Como contribuir, individual e coletivamente, para a construção dessas sociedades sustentáveis? Descarbonizando as economias, criando circuitos curtos e economias circulares e solidárias, promovendo alternativas de mobilidade urbana mais lentas e seguras, incentivando e apoiando a agricultura urbana e periurbana, realizando a reforma agrária e urbana, diminuindo ou eliminando a utilização de agrotóxicos e transgênicos, não mercantilizando bens essenciais e não permitindo o patenteamento da vida?

Certamente podem-se listar mais algumas dezenas de outros ingredientes para este cardápio ambientalista que será retomado no próximo tópico, mas todos eles, isoladamente serão insuficientes para mudar o rumo dessa estrada que leva a humanidade, ou parcelas dela, a precipícios.

Nas relações que podem ser estabelecidas entre a pandemia Covid-19, os eventos extremos decorrentes das mudanças socioambientais globais e o capitalismo enquanto modo hegemônico atual de produção e consumo, este é o contexto a ser enfrentado e superado. Enfrentamento que exige um não conformismo ou apenas práticas de mitigação e adaptação, mas transformações radicais nos modos de ser e estar da humanidade na Terra, nas suas relações com a terra e com os seus territórios de existência. É necessário questionar as necessidades materiais simbólicas, os desejos obsessivos e gananciosos de acumulação de bens materiais, o

*Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 363-389, mês dez, 2020.*

individualismo, a competição, a obsolescência programada, a exploração de seres humanos e da natureza em geral para produzir bens descartáveis para uns, mantendo outros em situações limites de sobrevivência. Problematizar comportamentos, valores e o modo de funcionamento do sistema.

Desafios que emergem como um diverso e complexo campo (BORDIEU, 1997) socioambiental. Diálogos sobre e com a Natureza (MOSCOVICI, 2007), que se contrapõem à cultura hegemônica na modernidade e vão delineando o ideário de um movimento genericamente nomeado como alternativo, contra cultural, ecologista, ambientalista, unindo emergências agroecologistas, feministas, vegetarianas, veganas abolicionistas, animalistas e tantas outras que ganham presença nas arenas públicas pós segunda guerra mundial.

### **De movimento alternativo às políticas públicas institucionalizadas: os desafios são maiores!**

Joseph Huber (1985), no livro “Quem deve mudar todas as coisas: as alternativas do movimento alternativo”, trata da complexidade dessa miríade de vertentes que se identificavam com a contracultura e com a busca de alternativas ao modo hegemônico de produção e consumo. Entre eles citava os movimentos pacifistas, anti-nucleares, feministas, ecologistas, alimentares e de saúde, mobilidade e planejamento urbano e as principais bandeira desses movimentos.

Manuel Castells (1999) escreveu uma trilogia sobre os desafios que se colocavam para a humanidade na virada do século passado. Dedicou um capítulo ao movimento ambientalista/ecologista/sustentabilista e outro ao feminismo.

Boaventura de Sousa Santos, em *Pela Mão de Alice* (1995, p. 55), enuncia que:

a utopia ecológica é realista, porque se assenta em um princípio de realidade que é crescentemente compartilhado (...). Por outro lado, a utopia ecológica é utópica, porque para sua realização pressupõe a transformação global não só dos modos de produção, mas também do conhecimento científico, dos quadros de vida, das formas de sociabilidade e dos universos simbólicos e pressupõe, acima de tudo, uma nova relação paradigmática com a natureza, que substitua a relação paradigmática moderna. É uma utopia democrática porque a transformação a que aspira pressupõe a repolitização da realidade e o exercício radical da cidadania individual e coletiva, incluindo nela a carta dos direitos humanos da natureza. É uma utopia caótica, porque não tem um sujeito histórico privilegiado (...).

Outros autores, como Acot (1990) e McCormick (1992) também apontaram para a riqueza, diversidade e complexidade do que genericamente pode-se denominar como ideário ambientalista, que expressa muitas das bandeiras dos novos movimentos sociais.

Os novos movimentos sociais e os tradicionais podem ser diferenciados e compreendidos de diversas formas (EVERS, 1984; CARDOSO, 1994), especialmente no tocante à relação com o estado e à centralidade ou não do econômico e da luta de classes, mas certamente eles convergem na crítica à opressão (a todas as formas de, ou enfatizando cada um deles alguma das suas emergências), na defesa da diversidade e na busca de vida digna para todos os seres vivos.

Essa convergência vem se materializando desde a constituição do Fórum Brasileiro de ONG e Movimentos Sociais (FBOMS), em 1990 e do Fórum Internacional de ONG e Movimentos Sociais, durante a Rio92 e já no século atual, desde 2001, nas quase vinte edições dos Fóruns Sociais Mundiais. A partir de 2019 a construção do Fórum Popular da Natureza, no Brasil, promete contribuir para incrementar a atuação cooperativa entre uma imensa diversidade de organizações e movimentos sociais.

Alguns filmes como os documentários franceses Amanhã (2015), dirigido por Cyril Dion e Mélanie Laurent e (R)Evoluções Invisíveis (2014), dirigido por Phillippe Borrel, este apresentado na 9ª. Mostra Ecofalante de Cinema, também repercutem o ideário ambientalista e apresentam articulações e narrativas contra-hegemônicas, altermundialista, ambientalistas, agroecológicas, comprometidas com a criação de um outro mundo possível.

As denúncias, reivindicações e proposições formuladas pelos movimentos sociais e pelas organizações que deles participam, têm resultado na implantação de alguns instrumentos de políticas públicas – de normas legais a incentivos econômicos e financeiros, de pesquisas e novas tecnologias a atividades de extensão, informação, comunicação e educação, passando por estratégias de planejamento participativo, projetos políticos pedagógicos, zoneamentos, licenciamentos, fiscalização e punição.

É possível afirmar que houve no Brasil uma significativa evolução na institucionalização das políticas públicas nas três dimensões apontadas por Frey (2000) - conteúdos (*policy*), institucional (*polity*) e processual (*politics*). Temos uma legislação ambiental reputada por analistas nacionais e internacionais como boa, um arcabouço institucional que vem ganhando capilaridade em estados e município, mas que carece de recursos humanos, financeiros, políticos e de capacitação para tornar a legislação efetiva (Morimoto, 2014) e apesar do reconhecimento e da

*Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 363-389, mês dez, 2020.*

**ISSN: 2176-5774**

ampliação, desde os anos 80 com o processo de redemocratização do país, do número de arenas públicas como foro de diálogos e mediação entre o instituído e o instituinte, ainda é baixa a participação e representatividade da diversidade de setores de cada território ao qual se destinam – dos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Meio Ambiente aos Comitês de Bacia ou de Unidades de Conservação, como exemplos.

Se às três dimensões das políticas públicas citadas no parágrafo anterior, agregarmos uma quarta, proposta por Biasoli (2015), a do cotidiano ou das relações interpessoais, incluindo aqui as suas características de subjetividade, aí se pode com mais certeza apontar a fragilidade dos avanços na formulação e implantação de políticas democráticas, participativas e inclusivas, que enfrentem questões relacionadas à melhoria das condições ambientais e existenciais e às necessárias mudanças culturais. Fragilidade que exige uma análise crítica sobre as políticas ambientais implantadas nas duas últimas décadas.

Tomemos a Educação Ambiental (EA) como exemplo. Prevista de forma acessória e complementar na legislação ordinária, no Código Florestal de 1934 e na Lei da Política Nacional de Meio Ambiente de 1981, como exemplos e na Constituição brasileira de 1988 e tendo uma presença marginal nas ações do estado brasileiro em suas três esferas, sem quase nenhuma presença nos organogramas das diretorias, secretarias, ou ministérios e sem previsão nas peças orçamentárias anuais ou plurianuais, tem desde os anos 70 diversas ações e projetos sendo desenvolvidos pela sociedade civil organizada, por universidades e por algumas iniciativas de municípios e de empresas.

Em 1993 é proposta como uma lei específica por um deputado egresso da militância ambientalista, atendendo aos ativistas do campo que tiveram grande visibilidade na Rio92, inclusive aprovando no Fórum Internacional de ONG e Movimentos Sociais o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e fortalecendo o processo de criação da Rede Brasileira de EA e de outras redes regionais e temáticas. Votada e aprovada como Lei que institui a Política Nacional de EA (PNEA), em 1999, é regulamentada pelo executivo em 2002 e em junho de 2003 tem o seu órgão gestor e seu comitê assessor instituídos.

Os Ministérios do Meio Ambiente e o da Educação da República Federativa do Brasil instituem ou fortalecem os setores operacionais destinado à EA, tornando-os presentes nos seus Planos Plurianuais e Leis Orçamentárias Anuais e no organograma interno de ambos. Aprova em 2004 um Programa Nacional de EA – ProNEA (BRASIL, 2005), tendo como documento de

*Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 363-389, mês dez, 2020.*

referência o Tratado de EA mencionado acima. Realizam-se Conferências Nacionais de Meio Ambiente e Infanto-juvenis de Meio Ambiente, com especial relevância para o campo da EA. Os subprogramas e projetos desenvolvidos pelo Órgão Gestor da PNEA incentivam e apoiam a criação de Políticas e Programas Estaduais (e do Distrito Federal) e de suas Comissões Interinstitucionais de EA, iniciando um processo de ação cooperativa para incentivar-se a capilarização da EA no âmbito de cada município ou região, apoiando a formação de educadoras e educadores ambientais por meio de coletivos educadores, de comissões de meio ambiente e qualidade de vida e de círculos de aprendizagem participativa, nas escolas e nas comunidades.

O processo relatado nos parágrafos anteriores como exemplo da institucionalização da política ambiental brasileira foi abortado como decorrência do “golpe” que impediu uma presidente democraticamente eleita de continuar a governar o País, em 2016 e depois, em 2018 impediu um ex-presidente de ser candidato, com artimanhas jurídicas e acusações midiáticas não fundamentadas nos rituais de justiça das sociedades democráticas modernas. Vamos nos deter um pouco no Golpe, para voltar depois à análise sobre o exemplo em consideração, o da política de EA como reveladora da insuficiência das conquistas no campo ambiental, realizadas pelos movimentos da sociedade civil e pelos processos de institucionalização das políticas públicas.

Buscando compreender esse “golpe”, Sorrentino (2020) escreve sobre os interesses internacionais colonizadores relacionados à manutenção do Brasil como uma economia primária, para que “sejamos apenas exportadores de recursos naturais - minerais, solo, alimentos, água, sem agregar valor, muito pelo contrário, sendo compradores/consumidores do valor agregado por outras economias/sociedades”. Aponta este como “o principal impacto da política econômica dos golpistas e daqueles que os orientaram e incentivaram nesse crime que custará muito caro ao país”, e finaliza dizendo que apesar desta sempre ter sido “a política hegemônica no Brasil, mesmo nos governos nacionalistas e de centro esquerda”, nos anos de governo do Partido dos Trabalhadores apontava-se também “para uma maior autonomia e independência em relação ao sistema rentista internacional” (p. 248).

O protagonismo do Brasil na criação dos BRICS e em relações bi e multilaterais diversas, a maior atuação do BNDES no financiamento da dinamização da economia, o maior apoio à agricultura familiar e o fortalecimento do mercado interno com melhoria de renda para famílias extremamente pobres e para as simplesmente pobres, (...) e uma brutal redução nas taxas de desemprego, são alguns exemplos (...) de uma política que foi arditosamente e violentamente golpeada por um conluio midiático-jurídico-parlamentar-empresarial” SORRENTINO, 2020, p.249).

Em relação ao meio ambiente, Sorrentino (2020) afirma serem as políticas de Temer e Bolsonaro “no atacado e descaradamente comprometidas com a entrega dos bens naturais deste país, entre os quais está a força de trabalho da nossa gente, com as reformas trabalhistas e outras perdas de direitos, aos interesses do capital e das elites econômicas de todo o Planeta” (p. 250).

São políticas econômicas que privilegiam a posse da terra como bem imobiliário especulativo, como mercadoria, e por isto não querem demarcar terras indígenas e de Unidades de Conservação, nem demarcar assentamentos de reforma agrária e promover acesso à moradia para todas as famílias que poderiam estar nas mais de sete milhões de moradias vazias no país, são políticas contra o meio ambiente (...) que exportam de forma continuamente crescente a nossa força de trabalho e a natureza do país na forma de minerais, animais e vegetais, sem deixar todos os benefícios possíveis para a nossa sociedade(...). Políticas econômicas de privatização das universidades públicas e da educação em geral e de sucateamento da ciência e tecnologia produzidas no país, são políticas que impactam o meio ambiente. Igualmente, as políticas econômicas relacionadas à aprovação dos transgênicos e de patenteamento de sementes têm amplo impacto no meio ambiente e na vida como um todo. (...) revelam um projeto no qual o meio ambiente e a nossa gente são apenas oportunidades a serem exploradas para a manutenção de uma velha ordem mundial. Para eles, é importante que este país seja subserviente, um povo domesticado, dócil e alienado. Como falar de ambientalismo/ecologismo e de educação ambiental neste contexto? Qual outra economia é possível? Qual é o projeto de país para uma transição ambientalista ou ecológica em direção a sociedades sustentáveis? (SORRENTINO, 2020, p.250)

No entanto, os avanços conquistados anteriormente, por um “ufanismo desenvolvimentista que não enunciava alternativas de menor impacto ambiental e de felicidade sem consumo” (SORRENTINO, Idem), revelaram-se insuficientes, por exemplo, no não atendimento da urgência da reforma agrária e de fortalecimento da agricultura familiar (em que pese o reconhecimento de conquistas nas políticas de aquisição de alimentos da agricultura familiar e para a merenda escolar, entre outros), na manutenção do programa nuclear, nas obras das grandes hidrelétricas, na transposição do São Francisco e na lentidão da demarcação das terras indígenas, quilombolas e unidades de conservação, na persistência de significativos índices de analfabetismo, ou ainda na lentidão das políticas de mobilidade urbana e de democratização dos meios de comunicação. No campo da EA, revelaram-se na não centralidade de processos educadores que pudessem contribuir para mudanças culturais na sociedade brasileira, com a pulverização de projetos e iniciativas e poucos recursos destinados a todos eles.

Revelaram-se insuficientes, ainda de forma mais aguda, na não resistência popular ao “golpe” e na posterior eleição de um governo comprometido com a brutalidade, violência, armamentismo e toda uma agenda obscurantista na contramão da democracia, dos direitos

humanos, da natureza e do conhecimento científico. E acima de tudo, revelam-se na adesão a ele por uma legião de pessoas que chamam o presidente de “mito”.

Ivann Lago, professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), em mensagem por meios virtuais escreveu um contundente texto “O Jair que há em nós”. Ali oferece alguns argumentos que buscam compreender o “bolsonarismo”.

Segue abaixo alguns desses argumentos para enfatizar a necessidade de incorporar-se nas políticas públicas voltadas à problemática socioambiental a dimensão das mudanças culturais.

Os avanços civilizatórios que o mundo viveu, especialmente a partir da segunda metade do século XX, inevitavelmente chegaram ao país. Se materializaram em legislações, em políticas públicas (de inclusão, de combate ao racismo e ao machismo, de criminalização do preconceito), em diretrizes educacionais para escolas e universidades. Mas, quando se trata de valores arraigados, é preciso muito mais para mudar padrões culturais de comportamento. (...) Se houve avanços – e eles são, sim, reais – nas relações de gênero, na inclusão de negros e homossexuais, foi menos por superação cultural do preconceito do que pela pressão exercida pelos instrumentos jurídicos e policiais. Mas, como sempre ocorre quando um sentimento humano é reprimido, ele é armazenado de algum modo. (...) Ao assistir o show de horrores diário produzido pelo “mito”, esse cidadão não é tocado pela aversão, pela vergonha alheia ou pela rejeição do que vê. Ao contrário, ele sente aflorar em si mesmo o Jair que vive dentro de cada um, que fala exatamente aquilo que ele próprio gostaria de dizer, que extravasa sua versão reprimida e escondida (...). O “brasileiro médio” gosta de hierarquia, ama a autoridade e a família patriarcal, condena a homossexualidade, vê mulheres, negros e índios como inferiores e menos capazes, tem nojo de pobre, embora seja incapaz de perceber que é tão pobre quanto os que condena. Vê a pobreza e o desemprego dos outros como falta de fibra moral, mas percebe a própria miséria e falta de dinheiro como culpa dos outros e falta de oportunidade. (...). A questão a ser respondida é como milhões de brasileiros mantêm vivos padrões tão altos de mediocridade, intolerância, preconceito e falta de senso crítico ao ponto de sentirem-se representados por tal governo. (LAGO, 2020)

Talvez seja possível afirmar que para cada uma das emergências do lado autoritário dos humanos exista a conformação de um movimento social para se contrapor a ela. E o papel educador desses movimentos tem sido essencial para que as sociedades modernas incorporem as suas demandas e propostas em avanços institucionais. No entanto, sem políticas públicas comprometidas com a promoção de mudanças culturais junto a uma sociedade ainda fortemente marcada pela escravidão, discriminação racial, machismo, elitismo, colonialismo, especismo, desenvolvimentismo, para a sua superação a partir do cotidiano, das relações interpessoais, dificilmente sairemos desta rota degradadora e suicida.

Mudanças culturais passíveis de serem acessadas por processos educadores participativos, dialógicos e comprometidos com o bem viver, com a simplicidade voluntária e com a solidariedade sincrônica e diacrônica com todos os humanos e com as demais espécies.

### **Ecomunicipalismo libertário: agroecologizar os territórios e construir uma Nova Cultura da Terra, da terra e do território.**

A necessidade de contribuir, individual e coletivamente, para a construção de sociedades sustentáveis, como já foi mencionado anteriormente, passa pela descarbonização das economias, pela criação de circuitos curtos e por economias circulares e solidárias, desconcentradoras de riquezas e poderes e que promovam alternativas de mobilidade mais lentas e seguras. Passa também pelo incentivo à agricultura urbana e periurbana, pela realização de uma ampla reforma agrária e agrícola, no campo e nas cidades, eliminando agrotóxicos, transgênicos e qualquer alternativa de patenteamento da vida e dos bens comuns. Passa, fundamentalmente, pela não mercantilização da vida humana e da não humana.

São muitos os ingredientes da receita de um cardápio socioambientalista. Cada um deles pode ser utilizado em doses diferentes, de acordo com o que as sociedades humanas espalhadas pelo planeta considerarem mais adequadas para matar a sua fome de vida, com os recursos que tiverem a sua disposição. Entretanto, para dar liga à receita, proporcionando o adensamento de ingredientes e permitindo que conversem entre si, alguns elementos precisam estar presentes, sem os quais teríamos nesse caldeirão apenas um amontoado de bons ingredientes, mas sem aquele sabor que seduz o paladar e aquece corpo e alma.

Os elementos e as doses utilizadas na receita precisam ser dispostos a partir de um método de “cocção”, tendo em vista uma concepção de objetivo a ser atingido com a receita. Mantendo a metáfora gastronômica, pode-se afirmar não desejar apenas que “o corpo fique em pé”, mantendo-se “aos trancos e barrancos”, mas nutri-lo e fortalecê-lo com ingredientes saudáveis, integrando aquele que consome com aquilo que é produzido e colhido da forma mais sustentável possível.

Para alimentar uma nova cultura da Terra, da terra e do território, pode-se adicionar à receita generosas pitadas de ecomunicipalismo libertário, de experimentos não fundamentados na propriedade privada, mas baseados em outros princípios, como o comum e, porque não, no abolicionismo vegano. Uma receita elaborada a partir dos fundamentos de um projeto de *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 363-389, mês dez, 2020.*

transição que desafia a primazia da propriedade e que faça a crítica da centralização do poder e da dominação do outro, humanos e não humanos, pode permitir caminhos na direção do ideal de sociedades sustentáveis, grande utopia a ser concretizada.

A descarbonização das economias não pode ser oferecida na bandeja do mercado, para aqueles que têm uma capacidade maior de consumi-la, deixando as sobras, os restos, para as maiorias menos aquinhoadas e famintas. Que todas e todos possam se sentar à mesa e ter o direito às quantidades que possam suprir a sua fome.

A alta eficiência em termos de gasto energético não pode se dar sob a lógica de “quem produz mais lixo ou polui deve pagar por isso”, em vez de ser responsabilizado pelo seu descuido com a solidariedade planetária e pelo inconsequente desconhecimento de que na natureza não existe o conceito de lixo ou de desperdício. Não há um “fora” na natureza. Tudo tem um propósito para realimentar o sistema.

A redução de emissões de carbono que pode levar à utopia de sociedades sustentáveis não deve prever o recurso aos “créditos de carbono” para “sequestrar” gases de efeito estufa. O metano que é emitido, sob uma lógica vegana abolicionista, não seria um problema, pois não haveria as enormes quantidades de metano liberados na atmosfera proveniente da exploração de animais. Assim como áreas inundadas por usinas hidrelétricas e o vazamento no processo de extração de petróleo por fraturamento hidráulico não seriam necessários se a matriz energética estivesse baseada na maior eficiência e na redução, reutilização, reciclagem e questionamento do consumo, da obsolescência programada e das necessidades materiais simbólicas, além de no aprimoramento da produção de energia fotovoltaica, eólica, maremotriz e outras que se demonstrem de menor impacto ambiental em toda a sua cadeia produtiva.

A mercantilização e a financeirização dos “serviços ambientais”, os bancos de habitats de espécies ameaçadas (*speciesbanks*), as *waterbonds* e as compensações (*offsets*) de biodiversidade, ou seja, tudo aquilo que é considerado como ativos ambientais negociáveis em carteiras de investimentos não fariam sentido se a lógica de mercado e a acumulação de capital fossem substituídos pela ideia de emancipação pelo comum, que se traduz em participação ativa nas atividades ou tarefas desenvolvidas pela comunidade em torno de algo que ela própria considera comum: um parque, uma fábrica, uma horta, uma escola, etc. É esta participação ativa em um processo de construção coletiva envolvendo decisões que dizem respeito e afetam os envolvidos, gerando vínculos e conectando a comunidade, desintermediando o poder, baseado no fazer comum, o “comunhar”.

O Municipalismo Libertário, por sua vez, baseado na democracia direta, mediante a organização dos cidadãos em assembleias populares, como forma não hierarquizada de exercício do poder popular (BOOKCHIN, 1991; 1999; 2015), empenha-se em desenvolver essa radicalidade libertária, implementando mecanismos de gestação e a gestão de políticas que digam respeito aos municípios, mediante a escolha de “delegados” entre os cidadãos e não de “representantes” (como nas democracias representativas liberais). Cidadãos e cidadãs livremente escolhidos(as) e com mandatos rotativos e revogáveis a qualquer momento em que as assembleias assim decidissem. Uma política do comum sob uma perspectiva de baixo para cima (*bottom-up*), apresentando respostas libertárias socioecológicas, mas também de caráter feminista, LGBTQ e antiespecista, que conduzam a humanidade rumo a tão almejada sustentabilidade socioambiental.

Dialogando com Montesquieu (2003), Sorrentino et al (2020), Sorrentino (2020) e Oliveira et al (2020), apresentam a frugalidade como o Espírito das Leis das democracias populares, também nomeada por algumas vertentes do ambientalismo como simplicidade voluntária. Para construir mudança cultural de tal envergadura apontam como necessária a “guerra de posições” proposta por Machado (2020) citando Gramsci (1997) e Ciccarelli (2017). Guerra de posições junto às instituições, para criar condições culturais às necessárias rupturas que viabilizem processos de transição de sociedades sustentáveis.

Para acumular forças no sentido de disputar posições que auxiliem no processo de mudanças culturais e de transformações sociais é importante dialogar-se e pactuar-se um projeto de país que busque a realização humana que não se realiza com a propriedade privada e com dinheiro nos paraísos fiscais. O resgate do conceito de bem viver, de povos nativos de vários continentes (ACOSTA, 2016) pode ajudar nessa tarefa.

A transição ecológica aqui proposta refere-se a um projeto de país que permita caminhar para uma economia de baixo carbono e de inclusão social, não apenas por meio de mudanças nas tecnologias de produção e maior acesso ao consumo, mas pela superação da própria lógica capitalista de acumulação ilimitada de propriedades e bens materiais.

Uma economia que contribua para a superação da ganância e de outros valores individualistas e competitivos em prol da solidariedade e da cooperação. Um projeto de país que compreenda o capitalismo e as suas classes sociais em luta e o enfrente e supere com um claro projeto de futuro pautado em justiça social e urgentes mudanças culturais. (OLIVEIRA; MACHADO; SORRENTINO, 2020).

*Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 363-389, mês dez, 2020.*

**ISSN: 2176-5774**

Um projeto que pode ganhar visibilidade com “empreendimentos sociais” (NUNES, 2020) que exercitem tecnologias sociais apropriadas, como contrapontos ao discurso hegemônico e simplificador, ou com a conquista de governos, mas sempre pautados por uma proposta de governar para promover transformações sociais democráticas e mudanças que permitam a formação de sujeitos protagonistas na direção de “uma nova cultura da Terra, terra e território!”. (SORRENTINO et al., 2020).

Um projeto que promove a transição educadora ambientalista por meio de processos que analisem os limites do capitalismo e promovam a dignidade humana a partir da atuação local comprometida com o “acesso a **terra, teto e trabalho; saúde, educação e natureza; participação, comunicação e espiritualidade**, para todos” (SORRENTINO et al., 2020).

Neste contexto, são necessárias políticas públicas municipais, fomentadas por políticas estaduais, nacionais e internacionais, que devem comprometer-se com todos os habitantes do território ao qual se destinam. Devem, segundo Oliveira et. al. (2020), diagnosticar a realidade, planejar e implantar

programas de renda básica, moradia social e promoção de trabalho e renda sustentáveis para todas as pessoas, sempre perseguindo caminhos para que os trabalhos sejam criativos e emancipatórios. O Município (...) pode e deve formular políticas locais integradas e integradoras (...). Processos educadores locais comprometidos com mudanças culturais (...) por meio das escolas, dos meios de comunicação e no cotidiano, (...) podem e devem engajar a cidadania nas ações em defesa e conquista de uma agenda que lhe é prioritária. (...) A transição educadora socio-ambientalista/ecológica para sociedades sustentáveis, é democrática, pois comprometida com a participação de todas as pessoas de cada território, e é radical, pois voltada a profundas mudanças culturais e de valores. Exige a formulação e implantação de um projeto de futuro compartilhado, o delineamento de uma arquitetura de capilaridade educadora, capaz de percolar todo o tecido social, chegando a cada moradia e locais de trabalho, associativo e de lazer. A transição para Sociedades Sustentáveis exige simultaneamente organizações autônomas da sociedade civil e compromisso do estado em fortalecê-las, para que sejam protagonistas e/ou parceiras efetivas no enfrentamento local de crises como a vivenciada com o Covid-19. (p.187).

A realização de uma educação popular voltada à diversidade de demandas e perspectivas de um projeto de sociedade soberana, democrática, dialógica, equânime e sustentável, precisa antes de tudo, enfrentar o sentimento de impotência e perplexidade que acomete parcelas significativas da população brasileira desde o golpe de 2016, agravando-se com

a implantação de um governo de extrema direita, populista, com uma agenda neoliberal, que desmonta a política ambiental e tem duras consequências no plano dos direitos sociais.

### **Referências bibliográficas**

ACOSTA, A. **Bem Viver: Uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo. Editora Elefante, 2016.

ACOT, P. **História da Ecologia**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

BOEIRA, S. L. Ambientalismo complexo-multissetorial no Brasil: emergência e declínio na década de 1990? **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v.7, n.3, 2016, p.170-188.

BOOKCHIN, M. Por uma ecologia social. In: **Revista Diário de Bordo**. Rio de Janeiro: Archipelago, 1991, p. 9-16.

\_\_\_\_\_. **Municipalismo libertário**. São Paulo: Imaginário, 1999.

\_\_\_\_\_. **Ecologia social e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015. Edição Kindle.

BIASOLI, S. A. **Institucionalização de Políticas Públicas de Educação Ambiental**. Tese de doutorado, Programa Interunidades em Ecologia Aplicada, USP, Piracicaba, SP: 2015.

BORDIEU, P. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1997.

BRASIL. *Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2005.

CARDOSO, R. A Trajetória dos Movimentos Sociais. In: E. Dagnino (org.), **Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1994, pp. 81-90.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Vol. 2 da trilogia A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CASTRO, D; SENO, D. D.; POCHMANN, M. **Capitalismo e a Covid-19**. São Paulo, 2020.

CICCARELLI, Roberto. Verbete: guerra de posição. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). **Dicionário Gramsciano**. Tradução: Ana Maria Chiarini, Diego S. C. Ferreira, Leandro O. Galastri, Silvia Bernardinis. 1ª ed. São Paulo, Boitempo, 2017.

CHOMSKY, N. **Chomsky questiona a viabilidade humana**. Disponível em <https://www.brasil247.com/ideias/chomsky-questiona-a-viabilidade-da-especie-humana> [Acessado em 27 de maio 2020).

## *Dossiê Temático*

*“Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”*

DCM - Diário do Centro do Mundo, 07/05/2020, reproduzindo artigo Publicado no Instituto Humanistas Unisinos, e originalmente por Le Monde, 05-05-2020. A tradução é de André Langer. Disponível em < [https://www.diariodocentrodomundo.com.br/nao-a-um-retorno-a-normalidade-de-robert-de-niro-a-juliette-binoche-eis-o-apelo-de-200-artistas-e-cientistas/amp/?\\_twitter\\_impression=true](https://www.diariodocentrodomundo.com.br/nao-a-um-retorno-a-normalidade-de-robert-de-niro-a-juliette-binoche-eis-o-apelo-de-200-artistas-e-cientistas/amp/?_twitter_impression=true)>. [Acessado em 9 de maio de 2020].

DUARTE, L. **Eu te entendo.** Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=XHkV6GE7yg0> [Acessado em 08/05/2020].

EPA. **Global Anthropogenic Non-CO<sub>2</sub> Greenhouse Emissions: 1990-2020, 2006.** Disponível em <<https://nepis.epa.gov/Exe/ZyPDF.cgi/2000ZL5G.PDF?Dockey=2000ZL5G.PDF>>. [Acessado em 24 de maio de 2020].

EVERS, T. **Identidade, a face oculta dos novos movimentos sociais.** Novos Estudos Cebrap, São Paulo. Vol. 2, 4, p. 11-23, abril de 1984.

FAO. **Lutter contre le changement climatique grâce à l'élevage. Une évaluation des émissions et des opportunités d'atténuation au niveau mondial.** Roma: FAO, 2014. Disponível em <<http://www.fao.org/3/a-i3437f/I3437F02.pdf>>. [Acessado em 23 de maio de 2020].

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Planejamento e políticas públicas.** n.2, 2000, págs. 211-259.

GARAUDY, R. **Apelo aos Vivos.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1981.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere.** Vol. 3. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUERRA, A. **Contribuições de Albert Camus para tempos de peste.** Disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Sociedade-e-Cultura/Contribuicoes-de-Albert-Camus-para-tempos-de-pestes/52/47199> [Acessado em 16 de abril de 2020]

HANSEN, J. et al. (2015) Ice melt, sea level rise and superstorms: evidence from paleoclimate data, climate modeling, and modern observations that 2°C global warming is highly dangerous. In: **Atmospheric Chemistry and Physics**, 15. Disponível em <<https://www.atmos-chem-phys-discuss.net/15/20059/2015/acpd-15-20059-2015.pdf>>. [Acessado em 24 de maio de 2020]

HUBER, J. **Quem deve mudar todas as coisas. As Alternativas do Movimento Alternativo,** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1985.

*Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 363-389, mês dez, 2020.*

ISSN: 2176-5774

Intergovernmental Panel on Climate Change. **AR2: The Science of Climate Change**. 1995. <[https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/ipcc\\_sar\\_wg\\_I\\_full\\_report.pdf](https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/ipcc_sar_wg_I_full_report.pdf)>.

[Acessado em 23 de maio de 2020].

\_\_\_\_\_. **TAR Climate Change 2001: Impacts, Adaptation, and Vulnerability**. 2001. Disponível em <[https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/03/WGII\\_TAR\\_full\\_report\\_2.pdf](https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/03/WGII_TAR_full_report_2.pdf)>. [Acessado em 23 de maio de 2020].

\_\_\_\_\_. **AR4 Climate Change 2007: Impacts, Adaptation, and Vulnerability**. 2007. Disponível em <[https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/03/ar4\\_wg2\\_full\\_report.pdf](https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/03/ar4_wg2_full_report.pdf)>. [Acessado em 23 de maio de 2020].

\_\_\_\_\_. **AR5 Climate change 2013: The physical science basis. 2013**. Disponível em <[http://www.climatechange2013.org/images/report/WG1AR5\\_ALL\\_FINAL.pdf](http://www.climatechange2013.org/images/report/WG1AR5_ALL_FINAL.pdf)>. [Acessado em 23 de maio de 2020].

LAGO, I. **O Jair que há em nós**. Disponível em <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Sociedade-e-Cultura/O-Jair-que-ha-em-nos/52/47388>> [Acessado em 27 de maio 2020].

LATOUR, B. **Imaginar os gestos-barreiras contra o retorno da produção anterior à crise**. Instituto Humanitas Unisinos, reproduzindo artigo publicado por Ctxt em 05/05/20, traduzido por Cepat. Disponível em <[www.unisinos.br/78-noticias](http://www.unisinos.br/78-noticias)>. [Acessado em 7 de abril de 2020].

MACHADO, R. **Gramsci, Educação Ambiental e Contra Hegemonia na Gestão de Unidades de Conservação**. Tese de doutorado em Ciência Ambiental, já qualificada e sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo. 2020. Previsão de término para 2021.

MARQUES, L. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

McCORMICK, J. **Rumo ao Paraíso**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992

MONTESQUIEU, C. L. de. **O Espírito das Leis**. São Paulo, Saraiva, vol. 1, 2003.

MORENO, C. As roupas verdes do rei. Economia verde, uma nova forma de acumulação primitiva. In: DILGER, G., LANG, M., FILHO, J. **Descolonizar o imaginário**. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

MORIMOTO, Í. A. T. O. **Direito e Educação Ambiental: Estimulo à Participação Crítica e à Efetiva Aplicação de Normas Voltadas à Proteção Ambiental no Brasil**. Tese

## ***Dossiê Temático***

*“Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”*

(Doutorado em Ciência Ambiental)–Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM), Universidade de São Paulo/SP, 2014.

MOSCOVICI, S. **Natureza. Para pensar a ecologia.** Coleção Eicos. Rio de Janeiro: Mauad X: Instituto Gaia, 2007.

NOBRE, A. D. **O futuro climático na Amazônia – relatório de avaliação científica.** Centro de Ciência do Sistema Terrestre/ INPE/MCTI, publicado em 06/06/2016, modificado 24/10/2019. Disponível em <http://www.ccst.inpe.br/o-futuro-climatico-da-amazonia>. [Acessado em 10 de maio de 2020].

NUNES, E. L. M. **Transição Ecológica: uma proposta baseada no comum, no municipalismo libertário e no veganismo abolicionista.** Tese de doutorado em Ciência Ambiental, Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente, USP, São Paulo: 2020.

OLIVEIRA, A. F.; MACHADO, J.; SORRENTINO, M. A Utopia Pós Pandemia de Covid-19: Dignidade Humana e a Transição Ecológica como Paradigmas de Reconstrução Social. In: CASTRO, D; SENO, D. D.; POCHMANN, M (orgs.). **Capitalismo e a Covid-19.** São Paulo, 2020, p. 178 a 188.

PORTAL RAÍZES. **A pior crise da humanidade é não conseguir se tornar humanidade.** Edgar Morin, em conferência ao Fronteiras do Pensamento, em 2011: Disponível em <<https://www.portaltraizes.com/a-pior-crise-da-humanidade-e-nao-conseguir-se-tornar-humanidade-por-edgar-morin/>>. [Acessado em 23 de maio de 2020].

PRINN, R. (2013). 400 ppm CO<sub>2</sub>? Add Other GHGs, and It's Equivalent to 478 ppm, In: Oceans and MIT. Disponível em <<http://oceans.mit.edu/news/featured-stories/5-questions-mits-ron-prinn-400-ppm-threshold>>. [Acessado em 24 de maio de 2020].

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo, Cortez, 1997.

SOKOLOV, A., STONE, P., FOREST, C., PRINN, R., SAROFIM, M., WEBSTER, M., PALTSEV, S. e SCHLOSSER, C. (2009) Probabilistic Forecast for Twenty-First-Century Climate Based on Uncertainties in Emissions (without Policy) and Climate Parameters. In: Journal of Climate, 12. Disponível em <[https://globalchange.mit.edu/sites/default/files/MITJPSPGC\\_Rpt169.pdf](https://globalchange.mit.edu/sites/default/files/MITJPSPGC_Rpt169.pdf)>. [Acessado em 20 de maio de 2020].

SORRENTINO, M. **Associação para Proteção Ambiental de São Carlos: Subsídios para**

*Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 363-389, mês dez, 2020.*

ISSN: 2176-5774

**Compreensão das Relações entre Movimento Ecológico e Educação. Dissertação de mestrado.** Programa de Pós-graduação em Educação da UFSCar. São Carlos, 1988.

\_\_\_\_\_. Ecologia da resistência: caminhos da questão ambiental no Brasil pós golpe de 2016, p.246 a 252. In: **2016 Golpe e Democracia no Brasil**, organizado por Adalmir Leonidio; Antônio Ribeiro de Almeida Jr.; Everaldo de Oliveira Andrade; Pedro Puntoni. São Paulo: Editora Hucitec, 2020 (no prelo).

\_\_\_\_\_; PORTUGAL, S.; SERANTES PAZOS, A.; VALES VAZQUEZ, C. Por una Nueva Cultura de la Tierra, Tierra y Territorio: rutas de transición para sociedades sustentables. **Carpeta Informativa del CENEAM**. Madri, v.1, pp. 3-9, 2020.

VIOLA, E. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo. In: HOGAN, D.; FREIRE, P. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: UNICAMP, 1992. p.73-102.

WEIL, S. **A Condição Operária e Outros Escritos Sobre a Opressão**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Submetido em: maio de 2020

Aceito em: setembro de 2020